



Cheia em municípios do Paraná mobiliza senadores do estado

Até a segunda-feira, enchentes atingiram 600 mil pessoas, deixando 11 mortos e 147 cidades em estado de emergência. Gleisi Hoffmann, Roberto Requião e Alvaro Dias acompanham ajuda do governo federal

Roberto Requião afirmou que o governo do estado demorou a pedir ajuda ao governo federal para enfrentar uma das piores tragédias naturais do Paraná. Mas, segundo ele, agora o atendimento está sendo feito. Gleisi Hoffmann disse que a

União repassou cerca de R\$ 3,9 milhões para ações emergenciais e que o estado está quantificando outros prejuízos para receber ajuda na recuperação das áreas mais atingidas. Alvaro Dias pediu agilidade na liberação de recursos, como o FGTS, para famílias e pequenos produtores rurais. **3**

Região de União da Vitória está entre as mais atingidas pelas fortes chuvas que afetaram vários municípios paranaenses



Arnaldo Alves/ANP

Volter Campanato/Agência Brasil



Plenário da Câmara em dia de votação: relator do texto lembra que novo Código Civil reduziu maioria para 18 anos

Maiores de 18 anos poderão ser deputados

Proposta de emenda à Constituição reduz de 21 para 18 anos a idade mínima para ser deputado. O autor, Flexa Ribeiro, diz que a proposta pode levar a juventude a ter mais

responsabilidade com processo eleitoral e que as candidaturas de jovens fortalecerão a cultura política. Para o relator, Cícero Lucena, jovens estão mais maduros. **2**

Projeto busca equilíbrio nos recursos para agricultura

Proposta estabelece uso de dados do Censo Agropecuário na distribuição dos recursos federais aplicados

no desenvolvimento da agricultura familiar para vencer diferenças históricas entre regiões. **4**



Bruno Spada/MDS

Distribuição de recursos para agricultura familiar poderá ser mais equitativa

Gerente da Petrobras será ouvido hoje na CPI do Senado **2**

Proposta corrige Imposto de Renda pela inflação **3**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Estatuto da Juventude



Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



PEC reduz idade mínima de deputados para 18 anos

Tendência, nas democracias, de ampliação do número de cidadãos aptos a se candidatar e fortalecimento da cultura política são argumentos do autor da proposta, senador Flexa Ribeiro

O BRASIL PODE passar a ter deputados com idade a partir de 18 anos. Proposta de emenda à Constituição com esse objetivo, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tem parecer favorável do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB). O texto (PEC 69/2013) reduz a idade mínima para ser deputado, que hoje é de 21 anos.

Como justificativa, o autor afirma que a ampliação progressiva do número de

cidadãos aptos a participar do processo eleitoral é uma tendência das democracias. Com a proposta, Flexa Ribeiro diz que poderá levar a juventude a ter mais responsabilidade com o processo eleitoral. Para ele, as eleições com candidaturas de jovens fortalecerão a cultura política e a democracia.

Para o relator, a proposta é oportuna. Cícero afirma que, na era da informação, os jovens têm muito mais

esclarecimento e maturidade do que há algumas décadas. Também argumenta que o novo Código Civil reduziu de 21 para 18 anos a maioridade, o que permite que, com essa idade, o cidadão exerça o cargo de vereador. Para ele, não há razão para não permitir que exerça também seja deputado.

Se aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a PEC vai a Plenário, onde terá votação em dois turnos.



Pela legislação em vigor, só podem ser eleitos deputados federais maiores de 21 anos



Para Cícero, relator do texto, jovens estão mais maduros e bem informados

Senado pede dados sobre mulheres ao TSE

A procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), pediu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informações sobre mulheres candidatas desde 1994. Os dados serão usados em pesquisa do DataSenado sobre participação feminina na política. A ideia é ouvir candidatas eleitas e derrotadas para uma radiografia sobre as dificuldades das mulheres na luta pela ocupação de espaços de poder. O estudo será inédito na América Latina e permitirá elaborar projetos de lei e planejar políticas públicas.

— Não pode a maior parte do eleitorado brasileiro, que são as mulheres, ocupar menos de 10% dos assentos no Parlamento — disse a senadora.

À frente do TSE, o ministro José Dias Toffoli comprometeu-se a responder em breve.

— Aquilo que for possível fa-

zer para incentivar a participação das mulheres no processo político, nós continuaremos a fazer — afirmou.

A legislação prevê que os partidos lancem para o Congresso pelo menos 30% de candidaturas de mulheres. Há países em que esse percentual atinge a metade das candidaturas. A bancada feminina no Congresso tem observado que a proporção não é real. Os

partidos têm lançado candidaturas de mulheres apenas para cumprir a cota mínima, mas não destinam os recursos necessários para a campanha nem dão apoio para a efetiva eleição. O resultado é que apenas 9% do Congresso é composto de mulheres, o que dá ao Brasil o 156º lugar no ranking mundial de representatividade da mulher no Poder Legislativo.



Senadora Vanessa em reunião na semana passada com o ministro Toffoli, do TSE

Projeto proíbe desconto salarial de falta por greve no transporte

O senador Jorge Viana (PT-AC) apresentou projeto para impedir o desconto no salário do trabalhador em caso de paralisação total do transporte público que inviabilize o deslocamento até o local de trabalho (PLS 210/2014). O objetivo é evitar que os trabalhadores sejam prejudicados pelas frequentes



greves no transporte. Pelo texto, a vedação ao desconto na folha não se aplicará quando o empregador oferecer meio de transporte alternativo e para empregados que habitualmente se desloquem com transporte particular.

O texto será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Gerente da Petrobras falará à CPI sobre obras suspeitas

O gerente de Engenharia de Custos da Petrobras, Alexandre Rabello, será ouvido hoje, às 10h15, pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga denúncias de irregularidades na estatal.

O engenheiro deve falar sobre um dos eixos de investigação, que trata de indícios de superfaturamento na construção de

refinarias, incluindo a Abreu e Lima (PE).

Auditoria do Tribunal de Contas da União iniciada em 2008 verificou irregularidades na elaboração do projeto e execução das obras de terraplenagem, drenagem e pavimentação da unidade industrial. Faturas de serviços não previstos e aditivos de contratos também estão sob suspeita.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votação, destinada a pronunciamentos de senadores.

CPI DA PETROBRAS Gerente de Engenharia de Custos

10h15 Depoimento do gerente de Engenharia de Custos da Petrobras, Alexandre Rabello.

CPI MISTA DA PETROBRAS Convocação de Guido Mantega

14h30 Votação de requerimentos de convocação e de quebra de sigilo bancário, entre outros. Também consta da pauta a convocação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e pedido de quebra dos sigilos fiscal, telefônico e telemático do doleiro Alberto Youssef.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 10h15, reunião da **CPI da Petrobras**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Senadores do Paraná avaliam ajuda da União a vítimas de enchentes

Até segunda-feira, estado contabilizava 11 mortos e 147 municípios em estado de emergência. Governo federal repassou R\$ 3,9 milhões

OS SENADORES GLEISI Hoffmann (PT-PR) e Roberto Requião (PMDB-PR) elogiaram na segunda-feira a atuação do governo federal no auxílio aos atingidos pelas fortes chuvas registradas neste mês no Paraná.

A enchente em vários municípios paranaenses já é considerada a pior tragédia natural do estado nas últimas décadas. Até segunda-feira, 147 municípios haviam decretado estado de emergência. Conforme boletim divulgado pela Defesa Civil do estado, além de 11 mortos, a tragédia afeta quase 600 mil pessoas.

De acordo com Gleisi, a União já repassou ao estado cerca de R\$ 3,9 milhões, destinados à aquisição de 14,2 mil kits de alimentos, 12,2 mil kits de dormitórios para os desabrigados, lançamento de três pontes e apoio com helicópteros e outras ações de socorro do Exército.

— Agora o estado está quantificando quais outros prejuízos tem para que a União possa colaborar com a recuperação dessas áreas mais atingidas, com pequenas pontes, limpezas de rua, estradas, bueiros. Isso tudo é muito importante



Requião diz que o estado demorou a fazer as reivindicações à União



Gleisi relata apoio de helicópteros e ações de socorro do Exército



Alvaro quer agilizar a liberação do FGTS para atingidos pelas chuvas

para que as pessoas voltem suas vidas à normalidade — explicou a senadora.

Requião classificou as enchentes como “as piores dos últimos tempos”. Para ele, houve uma demora do governo do estado para informar e fazer as reivindicações necessárias ao governo federal.

— Atrasaram os pedidos, mas agora estão sendo atendidos na plenitude. Já mandaram material. Não tenho dúvida de que teremos ajuda do governo federal — disse o senador.

Em pronunciamento na segunda-feira da semana passada, Alvaro Dias (PSDB-PR) havia cobrado do governo federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, que reconhecesse de forma sumária a situação de emergência no Paraná. Ele explicou que o reconhecimento serve para que, nesses casos, não haja necessidade de percorrer trâmites burocráticos, o que aumentaria o sofrimento das famílias atingidas por desastres naturais.

— Estamos fazendo um apelo ao governo federal para decretar estado de emergência no Paraná sumariamente a fim de que determinadas providências possam ser adotadas, como a liberação do FGTS para as pessoas reconstruírem as suas vidas e para os pequenos proprietários rurais também poderem arcar com as despesas de produção em função dos prejuízos causados por essas enchentes deste mês — explicou Alvaro, no mesmo dia.



As enchentes que atingiram o Paraná neste mês já são consideradas a pior tragédia natural do estado nas últimas décadas, afetando quase 600 mil pessoas

Texto limita a 25% o adicional em obra IR poderá ser corrigido pela inflação

Aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto de lei do Senado que estabelece limite máximo de 25% para acréscimos ao valor inicial atualizado do contrato em todas as obras, serviços ou compras da administração pública.

Para tanto, o PLS 25/2012 altera o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), que hoje permite acréscimos que vão de 25%, nos contratos de obras, serviços ou compras, a 50%, no caso de reforma de edifício ou equipamento.

Já aprovado na Comissão de Infraestrutura (CI) no final de 2012, o projeto é de autoria de Ana Amélia (PP-RS) e tem como relator José Agripino (DEM-RN), favorável à proposta.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ana Amélia observa que o permissivo existente na atual legislação tem sido usado de forma irresponsável, normalmente em prejuízo da administração e dos cofres públicos. De acordo com a senadora, a prática não se coaduna com os melhores princípios da administração pública, sobretudo com o do planejamento.

Para evitar que os contribuintes continuem a ser lesados pelo Fisco, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) apresentou projeto (PLS 216/2014) pelo qual a tabela progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), a isenção para os maiores de 65 anos de idade que recebem aposentadoria ou pensão e os valores de dedução do imposto deverão ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Segundo o autor do projeto, esse é o índice que reflete mais fielmente a

inflação do país. As tabelas editadas pelo governo atualizaram valores em patamar menor do que deveriam, caso fosse utilizado índice que refletisse a efetiva inflação do período, observou o senador. Ainda de acordo com Cássio, dados do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil indicam que há defasagem de 61,24% entre os valores corrigidos da tabela progressiva e a inflação verificada no período de 1996 a 2013.

A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Gerardo Magela/Agência Senado

Bruno Spadari/MTS



Agricultor apoiado por programa governamental colhe bananas: proposta quer distribuir melhor recursos para agricultura familiar

Agricultura familiar poderá ter recursos mais equitativos

Ciro Nogueira propõe que se adotem dados do Censo Agropecuário na distribuição dos recursos federais aplicados no desenvolvimento da agricultura familiar para vencer diferenças históricas entre regiões

JÁ ESTÁ NA pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto destinado a estabelecer maior equidade na distribuição, entre os estados, de recursos públicos federais aplicados na agricultura familiar. O texto (PLS 8/2012) determina que os recursos previstos no Orçamento da União para a implantação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão distribuídos proporcionalmente ao número de estabelecimentos de agricultura familiar ou de empreendimentos familiares rurais existentes em cada estado, conforme dados do Censo Agropecuário.

Da mesma forma, a distribuição se fará com os recursos cuja aplicação está prevista no Plano Safra da Agricultura Familiar, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o qual deverá explicitar o montante de recursos destinados a cada estado.

Outro dispositivo do projeto determina que, caso não haja



Ciro acredita que projeto pode eliminar disparidades entre regiões

contratação integral dos recursos de crédito disponibilizados para um estado, os valores disponíveis serão remanejados para contratação no estado da mesma região que apresente o maior número de agricultores familiares. Toda essa destinação de recursos ficará, contudo, sujeita ao rito de discussão do Orçamento da União.

Autor do projeto, o senador **Ciro Nogueira (PP-PI)** constata

tendência à concentração regional na distribuição dos recursos. Na justificativa do projeto, ele afirma que “são históricas e muito bem conhecidas as diferenças de desenvolvimento entre os estados e as regiões do país”. Na opinião dele, essas disparidades não podem ser eliminadas se persiste a má distribuição dos recursos públicos destinados a reduzir tais diferenças.

Relator da matéria na CAE, o senador **Aécio Neves (PSDB-MG)** é favorável à iniciativa. Ele diz que, entre 2000 e 2007, o maior número de agricultores familiares se concentrava na Região Nordeste, ao passo que a Região Sul foi a que obteve a maioria dos contratos e recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Após a análise da CAE, o projeto segue para as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão final.

Texto cria regra tributária especial para incentivar turismo no campo

Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado um projeto de lei que estabelece tratamentos tributário, previdenciário e trabalhista específicos para o turismo rural. Do ex-senador **Lauro Antonio**, o projeto (PLS 45/2012) concede a essa atividade o mesmo tratamento dado aos produtores rurais. O relator do projeto, **Waldemir Moka (PMDB-MS)**, é favorável à iniciativa.

O objetivo da proposta, segundo o autor, é “suprir a ausência de ações capazes de ordenar, incentivar e oficializar o turismo rural como segmento turístico”.

Moka afirma que as mudanças vão estimular atividades reconhecidas como formas sustentáveis de geração de emprego e renda no campo.

— A redução dos entraves burocráticos dará um novo e importante impulso à realização do potencial turístico brasileiro também na modalidade rural, levando maior dinamismo econômico a esse segmento — diz Moka.

O projeto assegura a aplicação da Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008) a essa atividade, dispondo que os meios

de hospedagem classificados como de turismo rural podem ser administrados por pessoa física ou jurídica.

O texto muda a Lei Previdenciária (Lei 8.870/1994) para fixar os percentuais de contribuição à seguridade social devida por esse empregador: 2,5% da receita bruta proveniente de serviços turísticos e 0,1% da mesma receita para financiamento da complementação das prestações por acidente de trabalho.

É também mudada a lei que regula o trabalho no campo (Lei 5.889/1973). O conceito de empregador rural passa a ser “a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agroeconômica ou turística da propriedade rural, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados”.

O projeto não recebeu emendas e teve pareceres favoráveis das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Sociais (CAS). Após a manifestação da Comissão de Assuntos Econômicos, será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).



Proposta dá à atividade mesmo tratamento concedido a produtores rurais

Projeto inclui compra de material de construção no Minha Casa Melhor

Tramita no Senado projeto de **Romero Jucá (PMDB-RR)** que inclui material de construção na lista de bens financiáveis pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PLS 217/2014). O objetivo é permitir que beneficiários do programa reformem suas casas comprando material com o cartão do programa, o Minha Casa Melhor, que oferece taxa de juros mais baixa que a do mercado. O cartão já oferece crédito para que usuários do Minha Casa, Minha Vida equipem as casas com bens de consumo duráveis — eletrodomésticos, móveis e computadores. As famílias podem financiar até R\$ 5 mil,

com taxas de juros de 5% ao ano e prazo de pagamento de até 48 meses.

O projeto surgiu, segundo Jucá, do pedido feito por uma beneficiária de Boa Vista. Cadeirante, ela precisava fazer adaptações na casa e gostaria que o programa permitisse a compra do material de construção.



Jucá redigiu projeto após ouvir pedido de cadeirante

Proposta autoriza que dívidas das Santas Casas sejam parceladas

Projeto que permite as Santas Casas a parcelar dívidas com a administração federal já pode ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta também beneficia as entidades de reabilitação física de pessoas com deficiência. O relator, **Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**, é favorável à matéria (PLS 311/2008).

A partir da publicação da lei, as entidades terão 180 dias para parcelar débitos com a Receita Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O parcelamento poderá ser feito em até 360 prestações mensais, com a redução de 75% das multas.

Autor da proposta, o ex-senador **Paulo Duque** argumenta que as Santas Casas desempenham “um trabalho inestimável de amparo e cuidado da saúde dos mais necessitados”.



Flexa Ribeiro, relator, é favorável ao projeto

Comissão analisa licença do trabalho mais longa por luto ou casamento

Empregados do setor privado podem ter mais tempo para ficar longe do trabalho, sem perda de salário, no caso de morte de parente ou de casamento. Nos termos do PLS 59/2014, eles poderão se ausentar por até oito dias. O projeto, de **Paulo Paim (PT-RS)**, está pronto para votação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposta permite ausência de até 15 dias para que o empregado cuide de familiar adoentado. O prazo poderá ser prorrogado mediante acordo formal entre empregado e empregador.

Hoje, o trabalhador conta com dois dias de afastamento por luto, em decorrência da perda de pessoa da família. A licença no casamento é de três dias. Não há a possibilidade legal de afastamento para cuidados com familiar adoentado, um benefício já desfrutado pelos servidores públicos. Para o autor, o tratamento equânime “é necessário e justo”.



Paim, autor do projeto: tratamento equânime